

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.867 - BA (2019/0258548-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A**
ADVOGADOS : **SANDRA REGINA SBORZ E OUTRO(S) - BA029311**
 : **JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR - BA047536**
AGRAVADO : **RODRIGO SANTOS DE JESUS**
ADVOGADO : **ANTONIO CARLOS SOUTO COSTA E OUTRO(S) - BA016677**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão (e-STJ fls. 361/365) que negou seguimento ao recurso especial em virtude da aplicação das Súmulas n. 7 do STJ e 284 do STF.

Nas razões deste recurso (e-STJ fls. 368/382), a parte agravante reitera as razões do especial e afirma que houve o devido prequestionamento de toda a matéria.

É o relatório.

Decido.

O agravo que deixa de refutar especificamente os fundamentos da decisão agravada não é passível de conhecimento, em virtude de expressa previsão legal (art. 544, § 4º, I, do CPC/1973 e art. 932, III, do CPC/2015) e da aplicação, por analogia, da Súmula n. 182/STJ. Confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL. PACOTE TURÍSTICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. ACÓRDÃO ALINHADO À JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULA Nº 182 DO STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO COM BASE NAS CIRCUNSTÂNCIAS PECULIARES DO CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. É pacífico o entendimento desta Corte no sentido de que o agravante deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do especial interposto, sob pena de não ser conhecido, conforme os termos da Súmula nº 182 do STJ.

3. Ocorrendo a majoração do valor do dano moral pelo Tribunal local com base na peculiaridade das circunstâncias fáticas delineadas na lide, inviável a sua revisão no âmbito do recurso especial. Tem aplicação a Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo parcialmente conhecido e não provido.

(AgRg no AREsp 795.251/RJ, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2016, DJe 01/07/2016.)

Superior Tribunal de Justiça

No caso, não foram impugnados os fundamentos relativos à incidência das Súmulas n. 7/STJ e 284/STF.

Assim, é inafastável a aplicação, por analogia, da Súmula n. 182 desta Corte.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do agravo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator